

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CICT

da informação à pedagogia:
UMA NOVA INTERFACE PARA A COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

por:

Cátia Corrêa Guimarães

Projeto de conclusão de curso de especialização em Comunicação e Saúde, apresentado ao Centro de Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz.

Rio de Janeiro

2006

1. INTRODUÇÃO

Este projeto se propõe a investigar como se compreende e executa a comunicação — entendida aqui como técnica profissional — nos planejamentos e estratégias das instituições públicas tomando como universo empírico de análise o campo da Saúde Pública brasileira. Este trabalho supõe que, embora uma das características mais citadas como definidoras do mundo contemporâneo seja a centralidade da comunicação como principal mecanismo de mediação social, a maior parte das pesquisas sobre esse tema se dedicam a estudar a comunicação de massa e as novas tecnologias de comunicação como construtoras do imaginário social e de novas formas de sociabilidade. Mas pouco se investiga a comunicação fora da mídia, em especial, como propõe este projeto, como um campo de conhecimentos e práticas que precisa ter características particulares quando integra ações públicas.

Voltando-se para as práticas de comunicação da área pública da Saúde, este projeto pretende responder perguntas como: Em que medida a comunicação tem de fato centralidade nesses espaços? As estratégias executadas a partir, principalmente, das assessorias e coordenações de comunicação, estão integradas com a missão social da instituição? Que variáveis podem ser utilizadas para ‘medir’ essa integração e esse foco na sociedade? Essas práticas são contextualizadas no seu campo de atuação ou manifestam-se apenas como um conjunto de técnicas ‘objetivas’ aplicadas na Saúde Pública como o seriam em qualquer outra área? Para quem fala a comunicação dessas instituições? Há espaço para reflexão e criação nas estratégias profissionais de comunicação dessas instituições ou elas apenas naturalizam e reproduzem a lógica hegemônica da mídia?

Todas essas perguntas foram orientadas por uma hipótese geral: a de que a maior parte das estratégias de comunicação dessas instituições, quando existem, apenas corrobora e contribui para a lógica hegemônica, estabelecendo um *modus operandi* que, muitas vezes, está em visível contradição com o discurso político que elas representam e com o papel pelo qual a instituição é socialmente reconhecida. No nível técnico-profissional, isso parece se manifestar, segundo nosso pressuposto, em dois aspectos: (1) na aplicação naturalizada da chamada comunicação organizacional como base de planejamento — o que traz saberes imprescindíveis à construção e manutenção da visibilidade e da legitimidade pública dessas instituições, mas que precisa ser recontextualizada para se despir da lógica privada, centrada mais na forma do que no conteúdo e mais na imagem do que no diálogo com a sociedade; e (2) na comunicação entendida fundamentalmente como processo informacional.

O universo empírico deste projeto, como já dito, será o campo das instituições públicas da Saúde, tendo como objeto para estudo de caso, especificamente: a câmara técnica de comunicação, informação e informática da Fiocruz, que, supostamente, toma as decisões políticas e operacionais sobre essa área na instituição; a Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde (Ascom); além das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde no eixo sobre comunicação, informação e educação.

Este projeto tem dois caminhos principais de abordagem do problema indicado. O primeiro, mais exploratório, se propõe a analisar as estratégias de comunicação praticadas nesses espaços delimitados, a partir de uma tripla classificação: (1) adequação e reprodução do discurso e dos métodos dos meios de comunicação de massa; (2) adequação e reprodução das estratégias de comunicação organizacional; e (3) construção de estratégias novas, contextualizadas, voltadas para o diálogo político com os sujeitos e grupos sociais. Essas categorias são apenas indicativas do que pretendemos buscar na pesquisa das práticas, mas podem ser reorganizadas ao longo da pesquisa, em função dos dados. O segundo caminho é desenhar uma nova interface prática entre comunicação e educação que possa servir de base a planejamentos de comunicação para instituições públicas.

Situar a comunicação no contexto da especificidade de instituições públicas significa, para nós, trazer à tona uma primeira inquietação mais geral que fundamenta este projeto. Trata-se de compreender o que significa ser público em uma sociedade em que, por um lado, esvazia-se a capacidade de mediação das antigas instituições de Estado e, de outro, enfraquece-se a capacidade de mobilização da sociedade, priorizando-se os direitos individuais e privados, em detrimento de interesses coletivos.

Para Muniz Sodré, esse encolhimento do Estado em função do mercado significa a “diminuição da esfera social em que se desenvolve a cidadania” (2002, p. 63), conceito fundamental para a progressão da linha de pensamento deste projeto. O próprio Sodré lembra de autores — como Nestor Garcia Canclini — que têm tentado pensar uma nova idéia de cidadania para o mundo contemporâneo, dependente do consumo. “Ilusão, com efeito, porque cidadania é um conceito fundamentalmente político, ligado à tradição republicana, e não econômico-mercantilista. Levar em consideração o caráter técnico da constituição de uma cidadania nos dias de hoje não significa absolutamente atrelar esse conceito aos dispositivos de mercado”, avalia (2002, p. 64). Como se verá mais a frente, o campo escolhido para a intervenção deste projeto, a Saúde Pública, é um exemplo concreto das contradições desses valores, já que luta para levar adiante uma política ‘cidadã’ de direitos no contexto de uma sociedade em que a idéia de saúde é vendida como produto para consumo.

A proposta deste projeto é que, mais do que lamentar esse mecanismo entendido como de despolitização, deva-se criar a capacidade de instituições que detêm uma agenda contra-hegemônica de também transformar seus princípios e ações políticas em imagem pública.

Bauman fala desse processo como a supremacia da economia sobre a política. Diz ele: “A separação entre economia e política e a proteção da primeira contra a intervenção regulatória da segunda, o que resulta na perda de poder da política como um agente efetivo, auguram muito mais do que uma simples mudança na distribuição do poder social” (1999, p. 76). E cita um outro autor,

Claus Offe: “Em vez de perguntar o que deve ser feito, devemos com mais proveito investigar se há alguém capaz de fazer o que deve ser feito”.

Buscando responder, em parte, a esta última provocação, este projeto tem como primeira hipótese específica de trabalho a crença de que, a partir do viés da comunicação, as instituições públicas podem ajudar a “fazer o que deve ser feito”. Longe de propor um dirigismo ideológico que suponha conhecer os melhores caminhos para o bem-estar da sociedade, entendemos “o que deve ser feito” aqui apenas como a recriação de ambientes políticos, ainda que mediados, e o repensar de um processo comunicacional paralelo que seja voltado para o debate sobre os direitos e interesses coletivos.

A segunda hipótese, a partir desta, é que, embora lutem pelo seu papel como atores sociais, essas instituições têm ignorado a comunicação como espaço privilegiado para travar esse ‘combate’ e, portanto, se preocupado pouco ou nada com um possível papel ‘pedagógico’ de uma comunicação contra-hegemônica, calcada na área de atuação específica de cada organização.

Isso não significa, vale ressaltar, uma atitude ingênua de subestimar o poder da grande mídia nas disputas pelo modo de significar o mundo. Por outro lado, reconhecemos situações específicas em que outras variáveis somaram-se ou mesmo superaram a influência midiática. Muniz Sodré apresenta o exemplo da eleição do presidente Alberto Fujimori, no Peru, que contrariou todo o esforço dos complexos de comunicação do país. No Brasil, talvez possamos pensar no movimento das Diretas-Já.

Para alinhar esse breve otimismo fundamentado com as hipóteses e objetivos deste projeto, recuperamos um outro exemplo, mais local e específico. Trata-se de resultados de um projeto de pesquisa, do qual a autora deste projeto participou como bolsista, que estudava a conformação de redes de comunicação e informação em saúde na Leopoldina, subúrbio do Rio de Janeiro (Marteletto, 2003). Durante o trabalho de campo, perguntávamos aos entrevistados — reconhecidos como lideranças comunitárias da região — se eles se consideravam bem informados sobre a dengue. Diante da resposta, sempre positiva, perguntávamos onde eles adquiriram a maior parte das informações que tinham sobre a doença. Como era de se esperar, a maioria das respostas indicava os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão. Por fim, eles eram questionados sobre que atores julgavam mais confiáveis para fornecer informações sobre a dengue. Nesse indicador de legitimidade em um assunto que envolve conhecimentos científicos e se refere a um problema de saúde pública, os mais ‘votados’ foram as instituições científicas e órgãos do poder público, principalmente a Fiocruz. Tudo isso é para dizer que talvez existam caminhos capazes de fortalecer outros atores, como as instituições públicas — que são objeto de interesses deste projeto —, para a concorrência no ‘mercado’ de idéias e sentidos sociais do mundo contemporâneo. Acreditamos ainda que, se há isso puder levar a mudanças mais estruturais — que não se dêem apenas no nível

do local —, esse espaço de ‘burlar’ o hegemônico talvez esteja menos na comunicação comunitária *stricto sensu* e mais em uma comunicação pública e pedagógica que, construída nas instituições públicas, seja mais transversal e com maior capacidade de alcance na sociedade.

Um último destaque é que essa ‘reorientação pública’ da comunicação na área da Saúde é, segundo pressuposto deste projeto, fundamental também para a construção de uma nova identidade para o chamado ‘movimento sanitário’, uma categoria que busca nomear uma certa articulação de ativistas e instituições que estudam, trabalham e atuam em defesa do SUS. Isso porque essa luta foi parcialmente ganha: houve uma vitória no campo jurídico e político institucional — com o fim do Inamps, a criação do SUS e o reconhecimento da saúde como direito no texto da Constituição Federal —, mas a viabilidade desse direito na prática, no contexto de uma política neoliberal que só faz se desenvolver nos últimos 15 anos, tem sido um desafio. Quanto a isso, é pressuposto deste projeto que um dos impedimentos para se enfrentar esses problemas tem sido o fato de, de modo geral, buscar-se atacar exclusivamente os fatores econômicos, investindo-se pouco nos outros aspectos de mudança da sociedade, entre eles, a importância e influência da comunicação e uma nova noção de temporalidade — que muda a relação com o passado histórico, com a experiência do presente e com o desejo do futuro.

A terceira hipótese deste projeto é que essa nova forma de pensar e praticar comunicação (recortada aqui, repetimos, no que se refere à prática profissional) depende de uma articulação com os saberes do campo da Educação. Por esse motivo, falamos, desde o título do projeto, em ‘comunicação pedagógica’, que supõe, como resultado da pesquisa aqui proposta, a construção de uma nova interface estrutural entre comunicação e educação, diferente daquelas que, como será mostrado adiante, se consolidaram no campo da Saúde Pública. Esta hipótese, embora central para o desenvolvimento deste trabalho, não será muito explorada ao longo do texto. O motivo é que, apesar de estar buscando uma aproximação com o campo teórico da educação, a autora ainda não domina conteúdos que lhe parecem fundamentais para a argumentação que um projeto como este merece. Além disso, o aprofundamento do contato com o campo da educação mostrou um cenário de muitas disputas ideológicas, nas quais estão envolvidos diferentes projetos de sociedade. Será preciso ainda um mergulho nesse campo, por meio, principalmente, de uma co-orientação, para que a autora se sinta segura para se posicionar a partir de algum referencial teórico que, dentre outras coisas, dialogue e caminhe junto com o referencial adotado na comunicação.

2. OBJETIVOS

Geral:

Propor um novo conjunto de práticas que reorientem a comunicação (entendida como prática profissional) nas instituições públicas, com foco no campo da Saúde Pública, no sentido da

‘formação’ mais do que da ‘informação’, a partir de uma interlocução e apropriação contextualizada de saberes da Educação.

Específicos:

- Identificar as principais propostas, estratégias e práticas de comunicação em saúde atualmente em vigor a partir: da análise das deliberações do eixo de comunicação e informação da 12ª Conferência Nacional de Saúde; da investigação e sistematização do trabalho da Ascom (Assessoria de Comunicação) do Ministério da Saúde; e da sistematização de discussões e determinações da Câmara Técnica de Comunicação, Informação e Informática da Fiocruz.
- Pesquisar e sistematizar conceitos e práticas da Educação que possam ser contextualmente ‘deslocados’ para as práticas comunicacionais, a partir de uma perspectiva de que a comunicação nas instituições públicas pode ser mais voltada para a ‘formação’ do que para a ‘informação’.
- Esboçar uma nova interface entre os campos da comunicação e educação.

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

A bibliografia disponível para o tema deste projeto é vasta e permite uma infinidade de caminhos conceituais. Elegemos, aqui, principalmente, autores que estudam a centralidade da comunicação na mediação das relações sociais atuais, a forma como essa comunicação se dá, tanto nas grandes corporações de mídia quanto no ‘interior’ do processo de produção de mensagens, e pensadores da comunicação no campo específico da Saúde Pública.

Apresentamos, neste tópico, os principais autores com que trabalharemos neste projeto. Primeiramente, apontamos os estudos de Muniz Sodré, teórico da comunicação, que tem se dedicado a pensar o papel da comunicação na sociedade contemporânea. Sodré é reconhecido por uma abordagem frankfurtiana da comunicação que, no entanto, não é o foco principal deste trabalho. Por isso, nos dedicamos especificamente sobre um livro do autor e, de forma ainda mais detalhada, ao que essa obra nos traz, por um lado, sobre concepções de Estado e política e, por outro, sobre os aspectos informacionais e potencialmente educativos da comunicação.

Em seguida, nos dedicamos à produção do autor Stuart Hall sobre os processos de codificação e decodificação da comunicação, um trabalho que nos ajuda tanto a compreender a prática profissional da comunicação como além do seu papel de tradução, adotado pelo senso comum, como para desmistificar a neutralidade da técnica profissional.

No terceiro tópico deste referencial teórico, falaremos sobre o cenário específico da Saúde Pública. Para isso, poderemos usar vários autores desse campo. No entanto, como a abordagem foi ainda superficial, não nos dedicamos a nenhum nome em especial, exceto na parte que diz respeito à

associação histórica entre educação e comunicação na saúde. Nesse ponto, utilizamos basicamente a dissertação de mestrado de Janine Cardoso, estudiosa da área de Comunicação e Saúde. Aqui também estão presentes os estudos sobre controle social no SUS, a partir, principalmente, da leitura de Valdir XXXX e de diversos documentos oficiais, como leis e relatórios de conferências de saúde.

Permeando todo o trabalho, embora muitas vezes sem citação direta, mas ajudando a formular um pensamento crítico, estão diversos outros autores da comunicação e da saúde e, mais recentemente, muitas influências de pensadores que teorizam e defendem a formação plena e a educação integral a partir de uma concepção marxista, embora, como já dito anteriormente, estes últimos sejam ainda leituras não alinhavadas e devidamente assimiladas. Também atravessando toda a fundamentação teórica está a produção de Inesita Araújo e, mais especificamente, o modelo do mercado simbólico por ela desenvolvido.

3.1. Sociedade da informação: para quem?

Ao falar sobre as mudanças que definem a sociedade contemporânea, Muniz Sodré estabelece uma diferença entre mediação e midiatização (2002, p. 21). Mediar é, segundo ele, fazer ponte entre duas partes, estabelecendo um tipo de comunicação que é compreendida como vinculação social. Nas diversas sociedades, a mediação ganha materialidade por meio de instituições, como família, escola e partido político — a linguagem é a mediação universal. Já a midiatização baseia-se no que ele chama de tecnointeração, dependente de uma “prótese tecnológica”, o *medium*. O que nos importa particularmente nessa distinção que o autor faz é sua conclusão de que o que sustenta esse processo de midiatização é uma concepção de comunicação como processo informacional.

Destacamos no texto acima o valor da informação nesse processo, já que, no chamado capitalismo pós-industrial, ela passa a ser reconhecida como fonte principal de produção de riquezas. Supomos, neste projeto, que, além de fazer parte das grandes definições mercadológicas da sociedade contemporânea — o que, em parte, define a importância dos meios de comunicação —, a informação é também o principal dispositivo das estratégias de comunicação (midiáticas ou não) que, naturalizadas, contribuem para a manutenção de um discurso hegemônico. Em outras palavras, o que queremos dizer é que naturalizou-se na sociedade a idéia de que o papel da comunicação — seja nas grandes corporações de mídia, nas empresas privadas, nas instituições públicas ou nas faculdades de comunicação — é transmitir informação. Mais do que isso, somos diariamente bombardeados por um incessante processo sistêmico de hiperinformação, convencidos de que ser bem informado é o princípio básico de uma sociedade mais democrática.

“Trata-se de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional — uma tecnologia societal, como já frisamos — cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função dos vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores preferem chamar de ‘código’; outros de ‘meio’) sobre os conteúdos semânticos” (2002, p. 23).

Traduzimos essa primazia da forma sobre conteúdo, neste projeto, principalmente, como informação sobre formação (política ou individual). Sfez nos traz essa oposição como uma ruptura entre informação e conhecimento. Diz ele:

“(...) há dois níveis separados, que não são ligados entre si senão sob certas condições. Uma delas é a da triagem da informação visando ao seu futuro manuseio, e, portanto, de um projeto, de uma estruturação. Outra condição é o ‘tratamento’ que corta (‘decupa’) os dados e os depura das impurezas. Conhecer é colocar em ordem. O saber não é mecânico; ele exige o distanciamento, o estabelecimento de prioridades e hierarquias (...)” (1996, p. 6).

É importante destacar que, pela compreensão que sustenta este trabalho, falar em discurso hegemônico não significa ignorar a concorrência de diversas vozes e discursos pelos sentidos sociais. À ampliação dessa ‘disputa’ para um nível de interação ou intervenção social mais amplo estamos chamando de luta pela hegemonia através da comunicação. Como nos diz Araújo e Cardoso: “(...) comunicação é o processo de produzir, fazer circular e favorecer a apropriação dos bens simbólicos: opiniões, crenças, saberes, orientações, slogans, propostas, políticas, pontos de vista, discursos, enfim” (2005, p. 242).

Este projeto pressupõe, então, que uma mudança nas práticas comunicacionais das instituições públicas passa, necessariamente, por um deslocamento do foco da informação para um foco na formação ou na ‘pedagogia’ possível de uma comunicação comprometida com a construção de uma nova agenda coletiva — entendendo agendar segundo Sodré, como “organizar a pauta de assuntos suscetíveis de serem levados em conta individual ou coletivamente” (2002, p. 26).

Tomando por base os estudos de Foucault sobre os mecanismos de poder desenvolvidos em cada época histórica, defendemos que esse processo de ‘informar’ não está calcado, de fato, na busca por uma sociedade mais democrática. Ao contrário. Segundo Deleuze (1992), que continua a genealogia do poder iniciada por Foucault, vivemos hoje a sociedade do controle, que substituiu a sociedade da disciplina, própria da modernidade capitalista, e cujo procedimento não é mais formar (moldar) — função da escola, da prisão e do hospício, no mundo moderno — mas, sobretudo, informar, numa velocidade tal que a *formação* torna-se rotativa e constante. Não há, agora, um molde dentro do qual o homem seja linearmente inserido, como na disciplina. O que existe é uma modulação contínua, ininterrupta, através da hiperinformação. O resultado é que, no controle, não se faz memória como na modernidade histórica. Ao contrário, produz-se, o tempo todo, esquecimento e dissociação. E a comunicação é parte intrínseca desse processo.

Essa análise diz respeito diretamente a este projeto porque acreditamos que, de forma irrefletida ou inconsciente, as políticas de comunicação do Estado e das instituições públicas reproduzem a fórmula noticiosa — na forma e no conteúdo — dos meios de comunicação de massa, até porque esse passa a ser o paradigma pelo qual são formados os profissionais dessa área.

Baseando sua ação na informação e na concepção de notícia como acontecimento (novidade), essas práticas de comunicação acabam não contribuindo ou mesmo inviabilizando uma proposta diferente da agenda liberal em curso.

Embora toda a problematização trazida por este projeto fundamente-se na constatação da importância do papel da mídia na construção de sociabilidade no mundo contemporâneo, ao propor uma mudança de práticas *profissionais* de comunicação, parece preciso considerar ainda um outro fator. Acreditamos que o compromisso com a informação — e não com a formação — tem sido construído pelos meios de comunicação de massa de forma coerente com o discurso que confunde objetividade com neutralidade. Uma confusão que remete, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, à construção da ciência moderna, e que, portanto, nos indica que não é uma invenção apenas do campo da comunicação. Segundo o autor, falando sobre a ciência, objetividade significa aplicar os métodos de investigação rigorosa e honestamente, sem antecipações ideológicas de resultados. É isso que permite que se defrontem diferentes visões em uma mesma análise. A confusão se dá quando se passa a acreditar que o cientista não deve defender suas posições ou quando, pior, se pensa que a argumentação é dispensável já que sua ‘constatação’ científica se apresenta como verdade. Para o autor, “a atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta por maximizar a objetividade e minimizar a neutralidade” (2001, p. 31-32). Acreditamos que essa análise corresponde também à postura socialmente construída para o profissional de comunicação, em especial o jornalista, em um processo no qual a informação ganha o *status* de incontestável, menos por sua vinculação com uma ‘verdade’ e mais pela sua inserção em um movimento incessante que, como dito anteriormente, não gera memória nem história.

Por fim, é preciso destacar ainda um outro fator. Em instituições públicas cuja história esteve envolvida com organizações de movimentos sociais, como são as da Saúde, o foco na informação também foi reforçado pela crença, muito forte nos movimentos sociais das décadas de 50 a 70, de que a informação deve ser a principal ferramenta para lutas e reivindicações sociais. Como explica Araújo: “A comunicação, pensava-se, resolveria todos os problemas do subdesenvolvimento que, afinal, eram problemas de falta de informação, de educação e de cultura — idéia herdada do período Kubitschek e introduzida no Brasil pela Unesco” (2000, p.48).

3.2. Comunicação pedagógica: por uma nova ‘leitura preferencial’

Ao propor o adjetivo ‘pedagógica’ como definidor de um possível novo desenho de práticas de comunicação para instituições públicas, estamos pensando, sobretudo, na capacidade dessa comunicação de produzir sociabilidade e ambientes de conhecimento, buscando autonomia para os sujeitos e reconstrução política para a sociedade. Autonomia que, segundo defesa deste trabalho, não se constrói a partir de uma sociedade mais bem informada, como parece ser o discurso que sustenta a idéia de ‘sociedade da informação’.

Na prática, as estratégias de comunicação têm cada vez se distanciado mais desse caminho, acompanhando o processo de enfraquecimento e recusa a um certo dirigismo estatal que resultou em um outro extremo: um dirigismo privado, mudo, mascarado de despolitização e desideologização das práticas sociais. Stuart Hall se pergunta como as instituições civis de uma sociedade livre da centralidade dos aparelhos ideológicos do Estado podem continuar reproduzindo ideologicamente a estrutura dominante. Tomando como exemplo os meios de comunicação, e se aproximando muito dos objetivos deste trabalho, ele questiona:

“(…) como é que um número tão grande de jornalistas, que consultam somente sua ‘liberdade’ de publicar e o resto que se dane, tende a reproduzir, tão espontaneamente, explicações de mundo construídas dentro de categorias ideológicas essencialmente idênticas? Como é que estas são conduzidas, continuamente, a um repertório tão limitado dentro do campo ideológico? Mesmo os jornalistas que seguem a tradição da denúncia da corrupção, freqüentemente parecem se inscrever em uma ideologia à qual não aderem conscientemente e que, em vez disso, ‘os escreve’” (2003, p. 175).

Refletindo sobre o modelo de codificação e decodificação na comunicação, o autor nos apresenta conceitos que servem de pistas para compreendermos os mecanismos que passam despercebidos nesse processo de construção social das mensagens. Nas suas próprias palavras, ele não segue o caminho de um modelo determinista, mas também não quer e não acredita em um modelo sem determinação. Falamos aqui de comunicação o tempo todo, de diferença de poder entre quem ocupa socialmente o lugar de audiência e quem está no papel de produzir significados.

Isso significa reconhecer a singularidade da interpretação do receptor (ou decodificador), sem ignorar a intenção (macro, estrutural) e as estratégias de codificação. A isso que acabamos de nomear como ‘intenção’, Hall chama de ‘leitura preferencial’, que é, segundo ele, “simplesmente um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e o controle dos meios de comunicação, então você escreve os textos (...)” (2003, p. 366). Entre a codificação e o que foi decodificado está, segundo ele, o “momento de hegemonia”. Em outras palavras: “O espaço da comunicação constitui um mercado simbólico, onde os sentidos são produzidos, circulam e são consumidos. Nesse mercado, os atores sociais negociam seu modo de perceber e classificar o mundo e a sociedade, em busca do poder de **fazer ver e fazer crer**, ou seja, o poder de constituir a realidade” (Araújo, 2003, grifos no original).

Uma observação importante nessa construção de Hall é que, ao pensar em leitura preferencial, ele admite que não basta ter o controle dos meios de comunicação. Para estabelecer um discurso hegemônico, é preciso — e assim é feito — agir dentro da mensagem, para dar pistas ao leitor/telespectador. Isso quer dizer, segundo ele, que as pessoas conhecem o mundo sobretudo pela forma como ele é comunicado a elas, ou seja, pelos significados que alguém produz — o que não significa, vale ressaltar, que esse processo seja pacífico, puramente transferencial, sem disputas entre as diversas vozes presentes em qualquer mensagem/discurso.

Seguindo este caminho, voltando ao primeiro parágrafo deste tópico, o objetivo deste projeto é propor que, por meio de uma remodelação orientada das suas práticas de comunicação, reconhecidas na importância que devem adquirir na sociedade contemporânea, as instituições públicas possam entrar mais fortemente na concorrência pela produção de significados específicos que, aos poucos, possam, se não superar o discurso midiático — porque não acreditamos nisso —, pelo menos tornar visíveis os projetos de sociedade que estão em jogo. Expor as contradições sufocadas por um aparente consenso já seria um grande ganho para o restabelecimento de algum ambiente político, pois contrariaria aquilo que Giddens caracteriza como o esforço dos meios de comunicação de massa: “Até certo ponto, a apropriação da informação transmitida pela mídia segue hábitos preestabelecidos e obedece ao princípio de evitar a dissonância cognitiva. Ou seja, a pleora de informação disponível é reduzida através de atitudes rotinizadas que excluem, ou reinterpretam, conhecimento que seja potencialmente perturbador” (2003, p. 174).

Para essa remodelação, o nome ‘comunicação pedagógica’ nos pareceu pertinente também porque, em um dos seus mais recentes trabalhos, Muniz Sodré estabelece uma associação inicial entre comunicação e educação e defende que um repensar da educação no contexto da revolução informacional por que o mundo vem passando significa considerar o processo educacional como algo que ultrapassa a escola como espaço físico e identificar outros atores sociais que sejam coadjuvantes no papel do professor. Segundo ele, “Isto implica ativar as mediações sociais no processo da escolarização. (...) Um desses agentes pode ser inclusive a imprensa em sua forma jornalística clássica, isto é, no empenho de publicização de questões pertinentes às liberdades civis e ao aperfeiçoamento ético-político do cidadão” (2002, p. 113). Tentar trilhar esse caminho do ‘pedagógico’ significa também, no que tange à interdisciplinaridade, propor um outro tipo de relação entre a educação e a comunicação, que não passe pelo discurso da incorporação das novas tecnologias de comunicação nas salas de aula — uma fala que, de modo geral, também prioriza a forma em detrimento do conteúdo —, e que seja diferente da associação que foi construída na Saúde Pública e que gerou, por exemplo, equipes de IECs (Informação, Educação e Comunicação) nas estruturas do Estado, como se verá mais adiante.

Hall nos diz que “Se nenhum ‘sentido’ é apreendido, não pode haver ‘consumo’. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito” (2003, p. 388). Deslocando esse processo de produção das corporações midiáticas para as ações estatais e das instituições públicas, podemos reescrever essa frase, dizendo que sem a apreensão do sentido (intencional, preferencial, embora negociado), não pode haver política e que se esse sentido não leva à prática, não se constrói cidadania.

3.3. Saúde pública: cidadania na sociedade do consumo

A Saúde Pública, no Brasil, tem uma história marcada pela forte atuação dos movimentos sociais e com conquistas importantes na área social. A principal delas foi pressionar a Constituinte para incluir, no texto da Constituição Federal, a saúde como direito de todos, direito do cidadão e

não do consumidor ou do indivíduo empregado em categorias profissionais específicas, como acontecia até a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A despeito das dificuldades que enfrenta, o SUS precisa ser situado como uma política que vai além das questões sanitárias. Produto da luta pela democratização do país, o SUS, ao defender a universalidade do acesso, a integralidade e a equidade da atenção e a participação popular, que são seus princípios básicos, se pretende um pontapé inicial para um modelo de sociedade baseado na idéia de proteção e seguridade social, resistindo às tendências, já anunciadas na época de sua criação, ao encolhimento do papel do Estado, marca de uma política neoliberal que se concretiza nos anos seguintes, mas que, embora tenha impacto generalizado, atinge menos a saúde do que outras áreas como educação e cultura.

Retomando em parte a discussão feita em outro tópico acima, sobre o mito da neutralidade da comunicação, Hall nos fala em “código profissional”, uma idéia que talvez nos ajude a compreender porque, na Saúde Pública, o esforço de atingir a população e viabilizar a participação social foi delegado a outras instâncias que não os espaços formais de comunicação.

“O código profissional é ‘relativamente independente’ do código dominante, já que aplica critérios e operações de transformação próprios, especialmente aqueles de natureza técnica e prática. O código profissional, contudo, opera dentro da ‘hegemonia’ do código dominante. Na verdade, ele serve para reproduzir as definições dominantes precisamente porque coloca entre parênteses seu caráter hegemônico e opera com códigos profissionais deslocados, que destacam questões aparentemente técnicas e neutras, como as da qualidade visual, dos valores — da notícia e da apresentação, da qualidade televisiva, do ‘profissionalismo’ etc” (2003, p. 400).

Partindo desse conceito, o pressuposto deste projeto é que a penetração desse mito da neutralidade técnica na sociedade tem gerado uma divisão no campo da comunicação e seu afastamento da sociedade, o que significa uma redução à categoria de meio técnico. Concentrando os exemplos no campo da Saúde Pública, podemos fazer algumas constatações. A primeira é que existe muito pouco diálogo entre os campos de pesquisa em comunicação e saúde e as áreas de prática profissional. Segundo, é pressuposto deste projeto que as práticas de comunicação tanto do Estado (Ministério da Saúde) quanto das instituições permanecem inalteradas porque são reconhecidas apenas como atividade técnica sem envolvimento nas defesas político-ideológicas da organização. Terceiro, se é assim, elas nunca foram consideradas como estratégia de instrumentalização política e pedagógica da sociedade, o que faz com que o exercício do chamado ‘controle social’ — que significa, para a Saúde, o controle da população sobre o Estado, especialmente sobre as prioridades e aplicação de recursos em políticas públicas —, continue restrito quase que exclusivamente às instâncias determinadas pela legislação: conselhos e conferências de saúde.

A proposta que está embutida nos objetivos deste projeto, de uma comunicação formativa, voltada para a instrumentalização da sociedade e para a reconstrução de um espaço político, se

coloca em uma direção diferente daquela tomada pelo controle social no SUS. Um bom exemplo é que só podem participar das conferências de saúde na categoria ‘usuário’ (ou seja, população usuária do SUS), representantes de movimentos sociais organizados que precisam ter, inclusive, identidade jurídica — CNPJ. Esse exemplo evidencia uma concepção que, em primeiro lugar, supõe uma sociedade organizada, com movimentos sociais atuantes, o que não encontra respaldo nas análises sociológicas mais recentes sobre o mundo contemporâneo. Segundo, e decorrência deste anterior, porque institui o controle social exatamente por entender que a democracia representativa é frágil e, portanto, precisa de um acompanhamento participativo da população. Mas executa isso em um modelo que acaba reproduzindo, nos níveis locais (distritais, municipais, estaduais e nacional) o mesmo esquema de representação, ainda menos democrático, porque envolve na eleição apenas a sociedade representada nesses movimentos sociais transformados em associações ou Organizações Não-governamentais. Isso quer dizer que a maioria da população usuária do SUS, que vive o cotidiano sem engajamento político, tendo seu mundo significado em boa parte pelos meios de comunicação de massa e pelo mercado da saúde privada que faz uso desses meios, não é atingida nem de ‘raspão’ pelo discurso de cidadania que sustenta o Sistema — não sabe o que é o SUS, não conhece a saúde como direito e nem é envolvida em nenhum processo de participação.

As ações voltadas para a sociedade como um todo concentram-se em campanhas sanitárias ‘educativas’ (dengue, aids), em propaganda de programas e ações de saúde — que perdem o sentido quando estão descontextualizados do que é o Sistema — e iniciativas ‘cidadãs’, como a ‘cartilha de direitos dos usuários do SUS’, que o Ministério da Saúde está desenvolvendo neste momento — como se bastasse à população ser *informada* sobre os seus direitos, sem a construção de um espaço e de um repertório político.

Segundo pressuposto deste projeto, a abordagem da mídia sobre a Saúde pode ser dividido em três grandes categorias, todas inseridas na lógica mercadológica. Uma delas é o incentivo ao consumo, por meio da difusão de uma idéia de saúde individual, associada à beleza, energia e atividade física — uma fórmula que ajuda a vender vitaminas, estimulantes, cosméticos e matrículas em academias de ginástica. Outra forma de presença da saúde na mídia é por meio da noção de risco, que antecipa o futuro para o presente, dá destaque à genética e ao desenvolvimento tecnológico e atinge o próprio campo da Saúde Pública com o fortalecimento, nos últimos anos, do discurso da prevenção e, principalmente, da promoção da saúde — é importante dizer que, embora, na origem, essa lógica venha repleta de interesses mercadológicos, alguns até inseridos no Brasil por interferência direta do Banco Mundial, a apropriação estratégica que se fez trouxe grandes ganhos para a Saúde Pública no país. Por fim, os meios de comunicação de massa também falam de saúde em reportagens que reforçam uma imagem negativa do SUS — filas, dificuldade de acesso, falta de medicamentos, de aparelhos e de profissionais. Vale um exemplo, para que esta última

afirmação não pareça um esforço de esconder as mazelas reais do sistema de saúde brasileiro: diversas matérias já foram feitas sobre o longo tempo de espera nas filas de transplantes, mas muito pouca gente sabe que o Brasil é o segundo país que mais faz transplantes no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, onde esse procedimento é feito, primordialmente, pela iniciativa privada. Mais do que isso: positiva ou negativamente, o discurso da mídia nunca compreende o sistema de saúde brasileiro como integrado, portanto, fala em SUS quando aponta as dificuldades da assistência (nos postos de saúde ou nos hospitais), mas não faz menção ao mesmo SUS quando fala em transplantes ou, por exemplo, na política de controle da Aids, que é a mais exitosa do mundo, ajudando, inclusive, a orientar as prescrições da Organização Mundial de Saúde.

Toda essa reflexão sobre o discurso de saúde da mídia somado às estratégias de participação social construídas pelo próprio SUS teve como objetivo apontar uma pergunta: para quem, então, fica a responsabilidade de se comunicar com a sociedade em geral, publicizando, por exemplo, o debate sobre a saúde como um direito? Ou, mudando de campo, uma discussão sobre educação pública, sistemas de ensino, cotas e exclusão social? Para este projeto, como vem sendo dito desde o início, a resposta está nas instituições públicas, por meio de novas estratégias de comunicação.

3.3.1. Comunicação e educação na Saúde Pública

Ao propor um novo conjunto de práticas que por ora optamos chamar de ‘comunicação pedagógica’, não podemos ignorar as diversas e consecutivas aproximações que os campos da comunicação e da educação tiveram ao longo da história da Saúde Pública brasileira, área de nosso particular interesse. Mas é preciso, antes, esclarecer o que, neste aspecto, está-se chamando de educação. Falamos aqui de educação como prática que ultrapassa o espaço formal da escola e se coloca como função e responsabilidade de outros grupos sociais, como a família, a igreja e, no que nos interessa mais especificamente, os movimentos sociais e, principalmente, o Estado. Fica fácil assim concluir que essa relação se configura, quase sempre, tendo a educação como meta e a comunicação como meio ou estratégia. Na Saúde Pública, para diferenciar essas duas práticas, convencionou-se, mais recentemente, chamar de educação *na* saúde aquela que se faz na escola e *em* saúde aquela que diz respeito à promoção de hábitos.

Para simplificar a referência bibliográfica, é preciso informar que o conteúdo histórico deste tópico será quase inteiramente baseado em um capítulo da dissertação de mestrado de Janine Cardoso, defendida na ECO/UFRJ, sobre as campanhas nacionais de Aids.

Ela nos diz que o campo da educação em saúde, que nos interesse neste ponto do texto, tem sua configuração inicial na década de 20. Antes, a Saúde teve destaque nacional no início do século, época de Oswaldo Cruz, quando as questões sanitárias eram tratadas como de ordem militar —

evento marcante desse momento foi a Revolta da Vacina. Aqui, já se via um investimento no campanhismo, mas mais pela força do que pela comunicação, como se delineará mais tarde.

Nos anos 20, a Reforma Carlos Chagas cria o Departamento Nacional de Saúde. Ela acontece no contexto da crise do pós-Primeira Guerra Mundial e da construção de um projeto de nação baseado no poder do Estado. Higienizar, sanear e educar tornam-se palavras-chave para o que se entende por Saúde naquele momento.

Também nessa época, são formados, os primeiros sanitaristas brasileiros, que influenciaram mudanças no país, propondo um modelo médico-sanitário baseado, dentre outras coisas, na prevenção, em oposição à intervenção campanhista, que agia sobre surtos. Data desse contexto a criação do Serviço de Propaganda em Saúde, que serviu como instrumento de transição da estratégia de coerção pela do convencimento, processo que se torna objetivo macro da educação em saúde, feita preferencialmente pela comunicação. A crença que sustenta essa primeira relação entre comunicação e educação é a de que boa parte dos problemas de saúde é causada pela ignorância da população, que precisa ser ‘conscientizada’. Mesmo para quem não conhece a fundo a história da Saúde Pública brasileira, não é difícil reconhecer esse processo nas políticas públicas que, ainda hoje, orientam ações contra epidemias de dengue, por exemplo.

Na Era Vargas, quando o trabalho ganhou centralidade e a estruturação do Estado brasileiro, em uma concepção moderna, chegou às vias de fato, é institucionalizado o modelo de campanha, mas de forma diferente daquela de Oswaldo Cruz. Agora, o campanhismo não age sobre problemas, pela força, mas sim de forma permanente e estrutural, pela comunicação, englobando, inclusive, um esforço de interiorização no país. A propaganda ganha importância. Surge o Departamento Nacional de Educação Sanitária.

Embasando essa necessidade e ações educativas via estratégias de comunicação, havia o que optamos chamar aqui de radicalização do modelo informacional/transferencial de comunicação. É o que Cardoso (2001) recupera como a teoria da agulha hipodérmica ou da bala mágica, desenvolvida por Lasswell, segundo a qual as pessoas, uma vez atingidas pela mensagem e estimuladas a seguir numa direção, reagiriam positivamente, de acordo com a intenção do emissor (ou ‘atirador’).

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Saúde começa a se configurar como uma atividade econômica, que envolve indústrias farmacêuticas e de equipamentos e cria a semente do que vai se tornar o complexo médico-industrial. Era a época da arrancada para o desenvolvimento e a comunicação era um dos principais caminhos para difundir essa idéia e ajudar a montar, não só na Saúde, um mercado consumidor interno.

Estudos começam a colocar em xeque a linearidade da relação entre emissor e receptor. Reconhece-se que as pessoas pertencem a grupos sociais e que, neles, existem lideranças. Principalmente ligado a campanhas políticas, sofisticou-se o modelo transferencial, com a teoria dos

dois níveis de comunicação, que propunha que os programas não fossem voltados para a população em geral, mas para o líder, aquele que, uma vez ‘conscientizado’, ‘educado’ pelas estratégias de comunicação, faria a adaptação da mensagem e convenceria seu grupo de influência.

O movimento conhecido como Reforma Sanitária, que idealizou o SUS, nasce exatamente nas lutas pela redemocratização do país, no final do regime militar. A Saúde era apenas um aspecto da luta por uma sociedade mais justa e, nesse contexto, sobressaía-se a idéia de que as doenças tinham não apenas razões biológicas, mas também determinações sociais. São marcos organizacionais da criação do SUS a fusão entre o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) e o Ministério da Saúde; a descentralização; e o estabelecimento de espaços formais de participação social — os conselhos e conferências de saúde — que deveriam interferir na política.

Segundo Cardoso, nesse mesmo movimento vem o questionamento das práticas até então hegemônicas de educação e comunicação em saúde, sempre unidirecionais, de quem sabe para quem não sabe, com objetivo dirigista de mudança de comportamento. A sociedade — representada, aqui, sobretudo, pelas instâncias reconhecidas como de controle social, principalmente os conselhos, o que é uma limitação problemática segundo a concepção deste projeto — quer acesso às informações governamentais e às novas tecnologias de comunicação, além de mais espaço nas mídias disponíveis. Esses militantes querem deixar de ser apenas público-alvo da comunicação para se tornar também ‘detentores de uma palavra autorizada’, se não pelo conhecimento formal, pela legitimidade da liderança política.

Também no início da década de 90, nasceu o chamado IEC (Informação, Educação e Comunicação), como fruto de um projeto financiado pelo Bird que tinha como objetivo promover ações de mudança comportamental, com treinamentos e capacitações de profissionais, conselheiros e professores. No nível federal, o IEC foi incorporado à Ascom (Assessoria de Comunicação) do Ministério em 1995. Nos estados e municípios, essa estrutura existe até hoje, em alguns lugares com outro nome (como Educom, no Rio de Janeiro), mas funcionando, na maioria dos casos, de forma isolada das práticas reconhecidas como da área de comunicação.

Em resumo, concluímos que, em todos os tempos, a relação entre educação e comunicação se configurou de duas formas distintas, ambas insuficientes, ao nosso ver. A primeira, organizativa, no aparelho do Estado, como apropriação instrumental da comunicação como meio para objetivos educativos, numa perspectiva *behaviorista*, com forte uso da propaganda. A segunda, que se materializa nos IECs, surge quase como uma terceira área, nem bem educação nem bem comunicação, juntas na estrutura governamental, mas sem qualquer interlocução real entre os dois campos de conhecimento e envolvendo, na maioria das vezes, profissionais que não pertencem a nenhuma das duas áreas.

O que este projeto propõe é uma relação que se dê a partir de cada um desses campos. Pretende-se aqui desenvolver o conceito operativo de comunicação pedagógica como ferramenta para a área/atividade técnica de comunicação, envolvendo seus profissionais.

Este projeto não discorda da concepção ampliada de comunicação que as pesquisas em comunicação e saúde tem adotado, mas volta-se para a prática dos profissionais de comunicação especificamente por considerar que esses espaços merecem uma atenção especial e articulada, que gere caminhos práticos de reconfiguração do papel das assessorias e núcleos de comunicação nas instituições públicas de saúde. Nesse sentido, buscamos nas discussões e propostas de reorientação de modelos um caminho para objetivar novas práticas para os profissionais de comunicação dessas instituições.

4. METODOLOGIA

Este estudo propõe uma pesquisa fundamentalmente qualitativa, baseada, primeiramente, em uma ampla pesquisa bibliográfica, que envolva estudos principalmente nas áreas de comunicação, economia política, educação e saúde pública.

Pressupõe dois momentos de análise documental. Um, mais geral, que possibilite um panorama das linhas de pesquisa e estratégias de prática de comunicação em saúde. Outro, mais focalizado, que eleja instituições específicas e permita uma análise mais histórica e mais minuciosa das suas propostas, práticas e estratégias de comunicação, tendo como referência de avaliação, a princípio, as ‘categorias’ apresentadas na introdução deste projeto: discurso e técnicas midiáticas; discurso e técnicas de comunicação organizacional; e discurso e técnicas voltadas para a instrumentalização social. Por ora, sugerimos que as propostas de comunicação sejam analisadas a partir do relatório da última conferência nacional de saúde, que ocorreu em dezembro de 2003.

Quanto às práticas e estratégias, propomos analisar o trabalho que vem sendo feito na Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde (Ascom) nos últimos cinco anos.

Um segundo *corpus* de análise deverão ser as discussões e orientações da Câmara Técnica de Comunicação, Informação e Informática da Fiocruz.

Esses estudos englobarão, além da análise documental, a observação presencial, em reuniões, por exemplo, e a realização de entrevistas, se necessário. Eles deverão gerar uma sistematização de intenções e práticas, classificadas a partir das categorias já apresentadas e/ou outras que se configurarem a partir da pesquisa.

Para o segundo objetivo deste projeto, mais propositivo do que analítico, o caminho metodológico deverá ser uma ampla pesquisa bibliográfica e a sistematização de conceitos e práticas do campo da Educação voltadas para a transformação social, com vistas a contribuir para

montar uma estrutura teórica e operacional (com indicações técnicas) da idéia que aqui se optou chamar de comunicação pedagógica.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR
Aulas – disciplinas que subsidiarão a realização do projeto																									
Levantamento de nova bibliografia																									
Leitura e sistematização da bibliografia indicada																									
Trabalho de campo 1 – acompanhamento de reuniões																									
Trabalho de campo 2 – análise documental																									
Trabalho de campo 3 - entrevistas																									
Redação da dissertação com acompanhamento e revisão do orientador																									
Revisão																									
Entrega da dissertação à banca																									
Defesa da dissertação																									

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

_____. *Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Editora Fiocruz, Editora UFMG, 2003.

- _____ e Cardoso, Janine. Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In: PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araújo (orgs). *Construção Social da Demanda*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesc, Abrasco, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- CARDOSO, Janine. *Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexão a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987-1999)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1971.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. São Paulo, Editora UNESP, 2003.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MARTELETO, Regina. *Gestão do Conhecimento e da Informação na Intervenção Social – as redes de movimentos sociais no campo da educação popular e saúde*. Rio de Janeiro : Programa de PG em Ciência da Informação – CNPq/IBICT - UFRJ/ECO, 2003. Relatório final de pesquisa
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SFEZ, Lucien. *Informação, saber e comunicação*. In: Informare: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/CNPq-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – UFRJ-Escola de Comunicação. v.2, n.1, jan/jun., 1996.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.